

■ para uma explicação concreta dos intelectuais pseudo-livres

por LUIZ VIEIRA

«Uma contradição filosófica interior a um sistema resolve-se numa pura contradição económica do meio em que este sistema nasceu. Esta explicação não é nobre: explica o filósofo por condições fora das quais ele pretende estar colocado. Não é tecnicamente filosófica. Explica a ideologia pelo que não é ela própria, pelo que o ideólogo julga menos nobre. Esta falta de «nobreza» será sempre a marca do materialismo.»

PAUL NIZAN

NÃO nosso meio intelectual tem até agora predominado os intelectuais subjectivistas. Foram subjectivistas os mais importantes movimentos literários modernos em Portugal. E bem possível que alguns literatos ponham objecções à designação de *subjectivistas*. Sabemos bem que alguns dos movimentos literários e artísticos surgidos entre nós pretendem lançar concepções de arte opostas às dos primeiros movimentos modernistas. E, porém, certo que eles nada fizeram que nos colocasse na obrigação de lhes abrir outra classificação. Pelo contrário. Surgiram movimentos contrários *teoricamente* à arte pela arte. Na obra que realizaram, todavia, aproximam-se infinitamente mais da arte pura que da arte social (embora o facto seja facilíssimo de explicar, essa explicação não nos interessa por enquanto).

Há ainda, para justificar a classificação genérica que fizemos, que notar o seguinte: o que fundamentalmente aqui nos interessa é a *consciência* dos intelectuais, o carácter, a orientação das suas produções e não aquilo em que *teoricamente* os movimentos literários e artísticos possam divergir, —o intelectual como homem social, as suas atitudes perante a vida colectiva.

Embora esses intelectuais tivessem entre nós lançado novas concepções de arte, embora lhes devamos o seu combate à *rotina*, há que reconhecer que eles estão ultrapassados, não só nas suas concepções artísticas, mas também, e o que é muito mais importante, na sua mentalidade, na sua consciência, que convém, antes de mais, caracterizar.

Sumariamente essa consciência pode caracterizar-se assim: desinteresse da vida social e dos destinos da colectividade, subjectivismo (umbilicalismo), egocentrismo, irracionalismo (intuicionismo), afirmação da confusão de todas as coisas e da sua impenetrabilidade (obscurantismo), obsessão da originalidade, características que estão intimamente ligadas e têm origem na mesma fonte, como veremos.

Muito naturalmente, haverá quem ache exagerado o que afirmamos sobre os intelectuais subjectivistas. Porém, quem com eles haja convivido ou tenha assistido a algumas conversas entre eles, sabe bem que me limito a apontar o que é evidentíssimo. O desinteresse mais ou menos confessado dos intelectuais subjectivistas pela vida social transparece plenamente das suas obras de críticos, romancistas ou poetas e também das suas atitudes marcadas por um enorme desprêzo pelo comum dos semelhantes, pela *vulgaridade* dos homens.

Afectando, por vezes, interessarem-se pela vida, não conseguem iludir-nos, porque aquilo a que eles chamam vida não é mais do que uma mistificação da própria vida. A vida, para eles, é o *Eu*, o subjectivo! Entenda-se: o *Eu* do próprio intelectual e não o de qualquer de nós, *Eu* que eles endossam, para que inventam falsas complicações, falsas angústias, falsos dramas. A vida, para eles, é a profundidade do seu *Eu*, com as suas complicações fictícias, seus *requintes* caracteristicamente intelectuais e redondamente falsos (e esse psicologismo é em grande parte inventado).

Não lhes interessa a vida—os dramas, as angústias—de qualquer de nós, de um homem da rua—tudo vulgaridade—dramas, angústias, desejos vulgares de pessoas vulgares, perante os quais sentem não só estranheza, mas também uma repugnância semelhante à do aristocrata perante o vilão.

O seu mundo é a sua sensibilidade requintada, a sua psicologia profunda, a sua complicação.

Além deste desinteresse da vida social, deste subjectivismo, um irracionalismo valioso caracteriza esta consciência. O poeta, o romancista pretendem, no meio de uma sondagem psicológica, graças à intuição, descobrir verdades que o trabalho aturado, inteligente e metódico não conseguiu desvendar.

As grandes verdades são-lhes familiares, sentem, têm a intuição daquilo que para os outros não existe.

Para que a razão? Só a intuição nos conduz às verdades fundamentais. E então a intuição aguçada do intelectual subjectivista...

O amor da patologia psicológica (até ao ponto de alguns se orgulharem de inferioridades morais e sexuais), o egocentrismo, a mania da complicação, são características que decorrem naturalissimamente das que apontámos, contando, evidentemente, com o facto de se tratar de intelectuais dentro da sociedade actual.

Estas são as características da consciência dos intelectuais subjectivistas que transparecem das suas obras e das suas atitudes perante a vida.

Claro está que, quanto a eles, explicá-las biologicamente será fazer materialismo de médicos, explicá-las sociologicamente, uma lamentável confusão com o *vulgo*. Só aceitarmos explicações baseadas na sua complicada psicologia, na sua fina sensibilidade, na sua *gentilidade*.

Vejamos, porém, se eles não são um pouco mais *terrenos* do que se imaginam e tentemos uma explicação histórica concreta dessas características. Tentemos averiguar se os intelectuais que se dizem *livres* defensores das forças do Espírito são realmente livres como dizem.

Começemos por assentar no seguinte: esses intelectuais pertencem a uma época bem marcada na história, a que, com propriedade, podemos chamar fase *pessimista* do capitalismo.

Há uma fase *pessimista* como há uma fase *optimista*, ou seja—uma fase de crescimento, de prosperidade que as ideologias reflectem.

Para bem compreendermos a fase *pessimista*, necessário se torna fazer uma análise, embora ligeira, da fase *optimista* que a precede. Teremos, portanto que começar pela própria génese da orgânica social vigente.

E' sabido que durante a Idade-Média o regime económico dominante era o feudalismo, aqui e acolá mais atenuado, com os elementos característicos menos desenvolvidos (é o caso de Portugal) mas, de qualquer maneira, um predomínio dos senhores latifundiários, um regime económico em que a agricultura dominava e a indústria, representada pelos artesãos das cidades, era uma actividade meramente subsidiária. No campo, quase sempre, a pequeníssima propriedade camponesa ao lado da grande propriedade do senhor (ligado a outros senhores por laços de vassalagem e de suserania), na cidade, os pequenos produtores—artesãos,—trabalhando nas suas oficinas ajudados pela família ou por pessoas tratadas como tal.

Os artesãos tinham graus—mestres, companheiros, aprendizes, e estavam reunidos em corporações dirigidas pelos mestres, às quais competia—vigiar a qualidade da produção, combater as falsificações, estabelecer os preços, o montante da produção de cada um, autorizar ou não a introdução de inovações na indústria, estabelecer as condições e fazer os exames de acesso ao grau de mestre, etc. As medidas tomadas pela corporação (cada ofício tinha a sua) tendiam todas para o mesmo fim: conseguir que todos os artesãos pudessem viver do seu ofício, evitando toda a espécie de concorrência entre eles.

Os mercadores tinham organizações próprias—as *guildas*. O mercado limitava-se à cidade onde os produtos eram fabricados e às vilas e aldeias vizinhas. O comércio com outras regiões do mesmo país era difícil, porque as estradas eram poucas e más, numerosos e elevados os defeitos de passagem de um domínio para outro (os países estavam divididos em domínios dos senhores), e perigoso, porque as tropas dos senhores feudais costumavam assaltar as caravanas de mercadorias. E' certo que havia o comércio dos produtos de luxo vindos do estrangeiro, mas só por si, isso não bastava.

A agricultura dominava a economia. Os camponeses possuíam pequeníssimas propriedades, mas eram obrigados a trabalhar gratuitamente nos campos do senhor durante uma

parte da semana e, além disso, a entregar-lhe uma parte da própria produção. Eram, em suma, explorados.

As cidades iam conquistando com dificuldade algumas garantias, bem precárias, aliás, porque os senhores andavam constantemente em guerras, tinham exigências e dispunham de tropas. A luta entre os burgueses das cidades (que também organizam exércitos) e os senhores ocupa toda a Idade-Média.

Toda a ideologia da Idade-Média é dominada pela religião, pela cavalaria e pela hierarquia feudal. Os heróis são o cavaleiro, o doutor da Igreja e o santo, que traduzem os grandes ideais da Idade-Média.

As aventuras dos cavaleiros, as suas virtudes, os seus amores quasi sempre platónicos (pelo menos, na literatura) são os temas literários habituais dos romances da cavalaria. Na poesia, é incontável a influência do cristianismo (chegando mesmo a pensar-se serem os amores platónicos dos trovadores uma transposição do culto da Virgem).

A «demanda do Graal» e entre nós o «Amadis de Gaula», são obras que exprimem bem a ideologia da época, nelas transparecendo também o prestígio da rígida hierarquia feudal. Por outro lado, as *trovas* completam o quadro.

Com o desenvolvimento da troca, a situação dos camponeses agrava-se porque o senhor compra mais objectos de luxo, mais armas para os seus exércitos. O camponês é obrigado a trabalhar mais tempo nos campos do senhor, a pagar maior tributo, pagamento que cada vez mais se efectua em dinheiro. Os campos do senhor também se alargam, à custa das pequenas explorações camponesas. Os pagamentos em dinheiro obrigam o camponês a ir vender os seus produtos à cidade. Cai nas mãos do açambarcador e do usurário.

Muitos camponeses fogem para as cidades que são autónomas e cujos habitantes gosam de liberdade pessoal. Os burgueses das cidades continuam a lutar contra os senhores. A divisão do país em múltiplos domínios feudais prejudica o comércio—há que pagar direitos de passagem, o senhor *quebra moeda*, etc.

Os senhores lutam entre eles e os burgueses aproveitam-se dessa luta, ajudando o mais forte a submeter o inimigo.

O comércio desenvolve-se com a progressiva centralização, mas agrava-se ainda mais a situação do camponês, pois tem de pagar também para o poder central. E a fuga para as cidades aumenta (os senhores acabam por vincular os camponeses à terra).

Se, por um lado, a fuga dos camponeses para as cidades tinha aumentado as forças numéricas destes para lutar contra os senhores, por outro, traz complicações, pois com o aumento da população começa a haver concorrência entre os artesãos. Por isso, os mestres, temendo-a, através das corporações que dirigem elevam as propinas dos aprendizes, dificultam o acesso ao mestrado. Há luta entre companheiros e mestres. Por outro lado, também há luta entre estes e os mercadores.

O comércio progride, à medida que o poder dos senhores enfraquece e é substituído por um poder central. Lançam-se estradas, suprimem-se numerosos impostos aduaneiros. Isto facilita extraordinariamente o comércio, que progride cada vez mais. O comércio tem um grande futuro à sua frente. Os negócios do mercador são cada vez mais numerosos e mais importantes. O mercado já não é restrito à cidade e às vilas e aldeias vizinhas. E' preciso produzir mais, o artesão não produz o suficiente. O mercador fornece-lhe utensílios aperfeiçoados e matérias primas. Dentro em breve põe-no a trabalhar por sua conta, dando-lhe uma compensação pelo seu trabalho—o salário. O artesão perde a sua independência; agora ganha o estritamente indispensável para viver modestamente.

Entretanto a luta com os senhores prossegue. Eles tinham vinculado os camponeses à terra, o que priva os mercadores—agora convertidos em industriais, de uma mão de obra barata. Os mercadores são cada vez mais poderosos e agora juntam-se aos reis para combater os senhores. A luta encarniça-se e desenrola-se favoravelmente aos burgueses.

Os modos de produção medievais tinham entrado abertamente em conflito com as novas forças produtivas e a supressão do feudalismo torna-se uma necessidade histórica.

A aristocracia agrária vai-se arnuinando, caindo nas mãos da usura dos mercadores, perdendo ao mesmo tempo as velhas virtudes. O domínio burguês acentua-se. Os mercado-

res substituem o trabalho disperso dos artesãos, pelo trabalho colectivo dentro da mesma oficina. A manufatura assegura-lhes o triunfo do novo sistema económico, do seu sistema—o capitalismo.

A ideologia acompanha a evolução: a Renascença é uma forte reacção contra as concepções medievais, é um apeio à vida, à conquista da natureza, à libertação do homem. Exprime a confiança no poder criador, na inteligência, na actividade humanas. Traduz a alegria de viver, os instintos em liberdade, a confiança da humanidade nos seus destinos, na Razão. E isto transparece tanto nas artes plásticas como na literatura ou na filosofia.

Ataca-se a ciência e a filosofia medievais, o obscurantismo, os costumes da aristocracia, a falta de cultura da sociedade medieval. Volta-se ao paganismo, a alegria de viver da antiguidade. Fazem-se descobertas, lançam-se novos princípios científicos. A economia progride.

As admirações já não vão para os santos, os doutores da Igreja, os cavaleiros, mas para os artistas, para os cientistas e filósofos. O ideal de agora exprime-o outro tipo de herói—o homem activo, inteligente, empreendedor, o homem que trabalha e que a si, e não a preconceitos de sangue sem fundamento, deve a sua situação próspera—o burguês—de quem se espera um novo mundo.

E este homem activo, inteligente, empreendedor é, ao mesmo tempo generoso, humanitário—ele liberta os camponeses, escravos da terra, da exploração do senhor.

Mas ainda não está tudo à vontade dos novos senhores: há ainda grandes desigualdades jurídicas entre os plebeus e os fidalgos, que ainda gosam de certo prestígio; os cargos públicos, sobretudo os cargos honorários e rendosos, ainda são privilégio da aristocracia. Em nome de que princípio? Não terá ele, o homem activo, que a si deve a sua situação, bom senso, qualidades de trabalho, de carácter, de inteligência, para os desempenhar?

De certo que tem! Tais injustiças deverão ser abolidas. Dêem-se os cargos a quem mais qualidades mostrar para os desempenhar, atenda-se ao que a pessoa vale e não à sua ascendência. Haja, enfim, *igualdade!*

Este burguês tem confiança em si e o seu futuro e o da humanidade estão nas suas mãos. Mas, ele confia. Ele irá libertar o mundo da barbárie, das injustiças e desigualdades da Idade-Média, ele traz a justiça social—a cada um segundo o seu mérito, a liberdade, a civilização, o aumento da produção, que para todos, até para os mais humildes, significará um aumento de bem estar. Traz, enfim, o *progresso*. E o *progresso* é uma palavra mágica. Tudo se faz em seu nome.

Filósofos e economistas vêm justificar teoricamente o facto consumado:—o domínio crescente da burguesia. Faz-se a divisão do trabalho, faz-se a livre concorrência. Depois os economistas—fisiocratas, Adam Smith, etc.—vêm justificá-las.

O capitalismo avança—primeiro o comércio, depois a indústria, por fim a agricultura. E em todos os ramos da economia o seu domínio é progressivo, traduz-se por um aumento enorme da produção; tanto na indústria como na agricultura os resultados da técnica são surpreendentes.

No campo da cultura as coisas também se modificam: reacção contra o obscurantismo medieval, contra o domínio da mística, que é cada vez menor; crítica dos costumes da aristocracia.

Na literatura abundam as críticas às crenças, aos costumes da Idade-Média, e sobretudo aos costumes da aristocracia. As obras de Cervantes, de Molière, de Gil Vicente e de muitos outros exemplificam largamente estas tendências.

A filosofia inclina-se para o racionalismo e para o materialismo. A ideologia do progresso estende o seu domínio, ganha força, consistência. Cada passo em frente da ciência ou da técnica no aproveitamento das riquezas, são outras tantas vitórias do progresso.

(Continua na página seguinte)